

TIPO

RESUMO EXPANDIDO

ÁREA TEMÁTICA

ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA

TÍTULO

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA: REFLEXÕES E PRÁTICAS
ACADÊMICAS - RESULTADOS PRELIMINARES

Evelyn Iris Leite Morales Conde (evelyn.morales@unir.br)

Fundação Universidade Federal de Rondônia

RESUMO

O presente resumo apresenta as principais contribuições bibliográficas e reflexões acerca do tema educação financeira oriundas de pesquisa exploratória desenvolvida no projeto de pesquisa homônimo vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Pibic da Universidade Federal de Rondônia – Unir, executado no período de julho de 2015 a agosto de 2016. Trata-se da primeira fase da pesquisa, com ênfase na apreensão de literaturas acerca do tema, bem como instruções da Estratégia Nacional de Educação Financeira – Enef, proposta pelo Departamento de Educação Financeira do Banco Central do Brasil, e instituída pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Observaram-se relevantes contribuições literárias que apoiam a segunda fase da pesquisa, caracterizada com a Pesquisa-Ação em turmas do Ensino Fundamental I de uma escola da Rede Pública de Ensino de Porto Velho, a ser executada de agosto de 2016 a junho de 2017.

Palavras-Chave: Educação. Planejamento. Finanças. Comunicação.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta os resultados de sua primeira fase de um projeto de pesquisa Pibic homônimo a este resumo, fase esta que compreende o estudo de algumas literaturas, bem como a reflexão destas, sobre o tema educação financeira sob a ótica do consumismo. O projeto macro tem como público alvo os estudantes dos 4º e 5º anos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Herbert de Alencar – Porto Velho/RO, com período total de execução de julho de 2015 a julho de 2017, sendo a primeira fase com término em agosto de 2016.

Com o tema consumo no caráter de sensibilização, o objetivo geral é estimular a reflexão sobre a presente vida financeira do público-alvo da pesquisa. Para isso, toma-se como base o conceito de Educação Financeira no Brasil, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE:

“Processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro” (BRASIL, 2010, p. 3).

O Brasil é um dos poucos países do mundo que possui uma Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), instituída pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, para promover ações de educação financeira gratuitas e sem qualquer interesse comercial. A Enef brasileira é resultado de uma articulação entre 12 instituições de governo e da sociedade civil e, por este diferencial, valoriza ações que integrem a iniciativa privada, a sociedade civil e o governo (BANCO CENTRAL, 2010).

A educação financeira pode preparar as futuras gerações para desenvolver nelas as competências e habilidades necessárias para lidar com as decisões financeiras que tomarão ao longo de suas vidas. Não é um conjunto de ferramentas de cálculo, é uma leitura de realidade, de planejamento de vida, de prevenção e de realização individual e coletiva. Assim, faz todo sentido ser trabalhado desde os anos iniciais da vida escolar, afinal, é um espaço dos primeiros passos para a construção de projetos de vida.

Dessa forma, o apoio teórico, literário, acerca do tema se faz pertinente e relevante para a tratativa ao público-alvo proposto. Salienta-se, em linguagem apropriada, simplificada e com exemplos para melhor significação de conteúdo, com suporte pedagógico da própria

equipe escolar, bem como as cartilhas disponibilizadas gratuitamente pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF). As obras partem do documento “Orientação para Educação Financeira nas Escolas”, construído com a participação do Ministério da Educação (MEC), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e diversas outras instituições educacionais e financeiras ao longo de um ano, coordenado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Destarte, estarão no escopo prático posterior deste projeto o conhecimento sobre a percepção financeira do público-alvo para que possam ser efetivadas as primeiras conversas acerca de finanças, gasto do dia a dia, e, sobretudo, de levar o aluno a fazer escolhas e investimentos conscientes sobre os valores financeiros que possui, por menores que sejam, como “mesadas”, fruto de comercialização de objetos ou alimentos na escola ou em outros locais.

Como a fase prática ainda não se realizou, os pesquisadores e iniciadores científicos da pesquisa já preparam enunciados informativos alinhados ao trabalho prático que envolverá ainda a divulgação dos conceitos e atividades propostas em programas de rádio, para que assim possam ser compartilhadas as experiências destes alunos na imersão sobre educação financeira e suas percepções sobre o tema. O veículo e linguagem radiofônicos são uma possibilidade de ferramenta para auxílio na fixação do conteúdo, e até mesmo estímulo aos valores socioeducativos que vão além do conteúdo em si do projeto, passeando pela oralidade e escrita destes conteúdos, reforçando as características descritas por Robert Mcleish (2001) sobre o rádio: de linguagem simples e que ultrapassa barreiras físicas e culturais. A utilização deste meio de comunicação dará ênfase aos conteúdos e efeitos produzidos, sendo assim, uma estratégia para se tornar um conteúdo mais atraente para os alunos. E ainda, ao tornar pública a série de programas, enseja-se inspiração para demais projetos e atividades de aprendizagem de outros grupos e instituições.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho demonstra os resultados das ações da primeira fase da pesquisa homônima, com a compilação resumida da pesquisa bibliográfica, de cunho descritivo, sobre educação financeira, políticas de educação financeira, planejamento financeiro que iniciou em julho de 2015, com finalização em junho de 2016. A base deste aporte bibliográfico se deu por documentos relacionados às diretrizes do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira.

A Pesquisa-Ação (LUDKE; ANDRÉ, 1986), segunda fase do projeto, está programada aos segundo e primeiro semestres, respectivamente, de 2016 e 2017, empiricamente, com atividades de aprendizagem com método expositivo-participativo, com apoio pedagógico do professor regente das turmas-alvo e com suporte das cartilhas da Associação de Educação Financeira do Brasil.

No cronograma de execução do projeto ainda cabe a produção e divulgação radiofônica dos conteúdos sobre educação financeira discutidos com o público-alvo do projeto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entende-se que as discussões teóricas acerca da temática Educação Financeira foram salutares para apoiar a segunda fase da pesquisa, que será no viés da Pesquisa-Ação. Os resultados de enunciados literários pertinentes à temática revelaram a possibilidade de tratamento diferenciado sobre o modo como opera-se com valores financeiros do cotidiano. Neste item, classificam-se alguns conceitos relacionados à finanças, planejamento e consumo para a abordagem posterior. Para tal, tomaram-se como consulta obras que tratam diretamente sobre o assunto, sobretudo ao cerne do problema de pesquisa: a educação financeira propriamente dita, na qual se demonstra possibilidades reais e práticas para o estímulo a sua efetivação.

A divisão de trabalho para a pesquisa bibliográfica foi caracterizada pelos seguintes assunto: Definição de Estratégia Nacional de Educação Financeira; agentes econômicos; consumo e desejos de consumo; orçamento; planejamento financeiro e investimentos.

No que tange à Enef, compreende-se que seu Art. 1º demonstra a finalidade quanto à promoção da educação financeira e previdenciária para contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (cf. BRASIL, 2010). A estratégia é uma ferramenta de auxílio no contexto de conhecimento e ainda de proposição de ações, uma vez que atribui uma série de planos, programas, ações coordenadas entre instituições e órgãos financeiros do Brasil. A relevância desta política se dá, sobremaneira, ao que André Massaro já descrevia quanto à economia do Brasil que apresenta altos índices de desemprego. O autor destaca que “é, naturalmente, mais difícil conseguir um emprego e as remunerações tendem a ser mais baixas. Nessas circunstâncias, mais pessoas acabam perdendo sua renda, o que leva ao endividamento e às crises financeiras” (2015, p.16). Considera-se pertinente o conhecimento

da realidade econômica do país para que possa ser valorizada cada ação no contexto de adaptações de consumo e ainda de tomada de decisões acertadas e conscientes sobre finanças.

Massaro (2015) descreve a diferença entre os indivíduos e famílias como agentes econômicos e, como tais, podem ser superavitários ou deficitários. Na exemplificação, destaca o consumo de uma pessoa que gasta acima de suas possibilidades, desta forma, precisará recorrer a empréstimos para dar conta de suas obrigações financeiras; do contrário, ficará inadimplente e poderá arcar com uma série de consequências desagradáveis. Bem como saber da situação do país é importante, mais ainda é compreender sua situação individual para não se deparar com situações negativas por razões inconsequentes. E complementa: “Consumir de forma inadequada leva a uma qualidade de vida deficiente, à falta de “robustez” financeira para momentos difíceis, à desorganização pessoal e, em casos mais sérios, ao endividamento em diferentes níveis” (*Idem*, p. 19).

Por isso, volta-se ao pressuposto de que a educação financeira pode trazer diversos benefícios, entre os quais, possibilitar o conhecimento de caminhos ao equilíbrio das finanças pessoais, preparar para o enfrentamento de imprevistos financeiros e para a aposentadoria, qualificar para o bom uso do sistema financeiro, reduzir a possibilidade de o indivíduo cair em fraudes, preparar o caminho para a realização de sonhos, enfim, tornar a vida melhor, conforme prevê a Estratégia Nacional de Educação Financeira.

Ao resumir o item atinente ao consumo e desejos de consumo, os autores versam sobre o estímulo, nem sempre positivo, dos meios de comunicação e suas linguagens. A propaganda leva o indivíduo a conhecer o produto e, em alguns casos, ao consumo de algo desnecessário.

“Vivemos em uma sociedade voltada para o consumo. Somos diariamente bombardeados com propagandas e artifícios criados com a finalidade de despertar nossas emoções e criar necessidades por produtos e serviços que, por vezes, nem mesmo precisamos ou queremos para nós, mas que simplesmente passamos a desejar” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013, p. 15).

Censo comum, não é difícil encontrar pessoas que possam ter como gatilho ao consumo propagandas de produtos televisionados ou impulsionados em aplicativos de vendas pela rede mundial de computadores, sobretudo, com a facilidade de divulgações persuasivas nos telefones celulares conectados. Gustavo Cerbasi coloca em evidência o consumo imediato por vias nem sempre naturais, e sim, de certo modo, forçadas. É o caso de não obter a finança para alcançar algum objetivo e abreviar o espaço entre a possibilidade de poupar para ter o produto e consumi-lo já. Os desejos de consumo, para o autor, estimulam também o endividamento para antecipação de sonhos. “Ao optar por realizar todos os sonhos por meio

de financiamentos, você pagará muito mais por eles. Uma vida financeira repleta de dívidas faz com que você conquiste muito menos sonhos do que conquistaria com planejamento e disciplina” (CERBASI, 2012, p.23). Considerando a afirmativa, contempla-se no estudo o enunciado para destacar a possibilidade de planejamento como aliada do indivíduo na concretização de objetivos de consumo.

Na sequência de estudos, depois de observar a questão referente ao consumo, observou-se a necessidade de apreensão dos termos orçamento e planejamento, que para a pesquisa toma como explicação a elucidação do Banco Central:

“Orçamento pode ser visto como uma ferramenta de planejamento financeiro pessoal que contribui para a realização de sonhos e projetos. Para que se tenha um bom planejamento, é necessário saber aonde se quer chegar; é necessário internalizar a visão de futuro trazida pela perspectiva de realização do projeto e estabelecer metas claras e objetivas, as quais geralmente precisam de recursos financeiros para que sejam alcançadas ou para que ajudem a atingir objetivos maiores. Por isso, é importante que toda movimentação de recursos financeiros, incluindo todas as receitas (rendas), todas as despesas (gastos) e todos os investimentos, esteja anotada e organizado” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013, p. 20)

Imagina-se que nem todos os indivíduos possuem a real noção de suas finanças e que, se considerada a assertiva de Massaro (2015) sobre qualidade de vida deficiente, esta passa pela questão financeira também. Deste modo, salienta-se que o conteúdo sobre orçamento e planejamento deve ser tratado no cotidiano com algo básico, porém, de extrema valia. Mesmo que perceba uma renda mínima, que esta seja controlada de modo consciente e consequente.

O planejamento é algo trabalhoso, afinal, demanda organização periódica do que se gasta, sobre as ações referentes àquele gasto, para a tomada de decisão futura acerca de algum passo relevante na vida do indivíduo. Na prática, Cerbasi (2012) enfatiza quem um bom planejamento e sua efetivação oferece mais qualidade a seu consumo, inclusive para viabilizar também pequenos luxos. “A forma mais simples de conseguir isso é lançar os gastos em uma planilha de Orçamento Doméstico, comparar esses gastos com os de outros meses e refletir sobre suas prioridades de consumo. Gastos menos prioritários devem ser trabalhados para serem reduzidos” (CERBASI, 2012, p. 26).

Nesta ótica, ao relacionar planejamento e gastos analisa-se a possibilidade real de consumo, desde que este possa estar de acordo com a realidade do indivíduo. Não se trata de viver em eterna restrição, mas sim de prioridades e reflexão sobre as necessidades. “O planejamento financeiro possibilita consumir mais e melhor. Consumir ‘mais’ por meio da potencialização do dinheiro e ‘melhor’ via eliminação de desperdícios” (BANCO CENTRAL

DO BRASIL, 2013, p. 36). Parece ser idealismo, em uma país com taxas altas de juros, desemprego, inflação e condições precárias de saúde e educação. Uma das saídas seria o investimento, porém, só o é feito por quem tem, além de foco, condições para tal.

Quando há essa condição, entra-se no último item de análise na pesquisa bibliográfica: a distinção entre multiplicar e investir os valores. Cerbasi (2012) aponta que investir é multiplicar suas reservas financeiras. Se poupar com qualidade, reservando o dinheiro em alternativas que sejam eficientes em vencer a inflação (mesmo que apenas no longo prazo), se estará investindo. Para conseguir isso, é preciso saber exatamente o que se quer, pois alguma força de vontade é necessária para abrir mão de desejos presentes para colher mais desejos futuros. Quem reserva seus recursos sem saber exatamente como funciona seu produto financeiro, sem noção de quanto poderá ter dentro de alguns meses ou anos ou sem objetivos claros a alcançar, está seriamente correndo o risco de estar apenas reservando dinheiro para algum impulso de consumo, que deve ocorrer em breve. Está poupando, e não investindo. Mais precisamente, está apenas postergando seu consumo, enquanto o investidor multiplica riquezas para consumir muito mais em algum momento futuro. Sem bons planos, não há boas conquistas.

As palavras do autor orientam quanto à forma de investir. E, de certa forma, pode haver uma confusão sobre poupar e investir, de tal modo que muitos indivíduos que têm a possibilidade de “juntar” dinheiro, podem não conhecer mecanismos que auxiliem na melhor rentabilidade. Considerando esta possibilidade, acreditou-se ser pertinente o estudo sobre o tema para melhor compreensão e indicação nas ações futuras do projeto, sabendo da necessidade de apontamentos sobre alternativas de reservas financeiras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre educação financeira tem sido de grande valia para a preparação sobre as atividades programadas na segunda fase da pesquisa e, sobretudo, pelo momento econômico em que o Brasil apresenta. Observa-se uma preocupação latente acerca do tema, uma vez que, como descreve a Enef, o aumento das possibilidades de consumo torna necessário promover a educação financeira para despertar a consciência da população quanto às suas decisões individuais e familiares relacionadas a seus recursos.

Na escola, no início do contato com outros indivíduos, bem como com as diferentes formas de lidar com decisões de consumo, por menores que sejam, pode ser o ideal momento de dialogar e praticar a educação financeira. Projetos desenvolvidos em outros estados, que

foram inspirações para este, por exemplo, são de relevância ímpar na contribuição e estímulo à reflexão de pequenos cidadãos e futuros consumidores de pequenas ou grandes potencialidades.

O conhecimento referente à prática/controlar financeiros pode trazer benefícios não apenas materiais, mas ainda, de ordem emocional. No âmbito da pesquisa propriamente dita, o conhecimento adquirido prepara para uma melhor assertiva sobre o tema no espaço proposto para sua execução. Por esta razão, o estudo sobre o tema não esgota possibilidades de novas pesquisas e atualizações, sobretudo com os produtos relacionados à investimento, seguridade, previdência, etc.

REFERÊNCIAS

AEF-BRASIL. **Associação de Educação Financeira do Brasil**. Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/>>. Acesso em 10 maio 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013.

BANCO CENTRAL. **Brasil: implementando a estratégia nacional de educação financeira**. Disponível: <http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf>. Acesso em 25 maio 2015.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm >. Acesso em 25 maio 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Consumo e Cidadania**. Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7963.htm>. Acesso em: 29 maio 2015.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira: inteligência financeira pessoal na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Oliveira S.. **Financial literacy and retirement planning in the United States**. NBER Working Paper No. 17108. Junho de 2011. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w17108>>. Acessado em: 19 maio 2015.

MASSARO, André. CFA/Brasília, DF: Conselho Federal de Administração, 2015. **Como cuidar de suas finanças pessoais**

MCLEISH, Robert. **Produção de rádio – um guia abrangente de produção radiofônica**. 3 ed. São Paulo: Summus, 2001.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amâncio; BATAGLIA, Regiane Tardiolle Manfre e SEREIA, Vanderlei José. **Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná.** Revista de Administração da UNIMEP. Piracicaba, vol. 9, n. 3, p.61-86, 2011. Disponível em <<http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/index>>. Acessado em 11 maio 2016.

